

# A Organização das Atividades Físicas da Juventude Operária na França

INEZIL PENNA MARINHO

(Este artigo é particularmente indicado aos técnicos do Ministério da Educação e Cultura e aos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio)

## I — AMPLITUDE E DIFICULDADE DO PROBLEMA

O COMITÊ Pierre de Coubertin divulgou, em uma de suas habituais publicações, interessantes dados estatísticos sobre a organização das atividades físicas da juventude operária, que nos parecem de grande interesse para o Serviço de Recreação Operária, a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura e o Conselho Nacional de Desportos. Julgamos, assim, de grande oportunidade a sua divulgação, sobretudo pelos dados estatísticos que oferece.

Embora a vida do homem tenda a durar um maior número de anos, as dificuldades que lhe dizem respeito só têm aumentado, do ponto de vista físico e técnico, devido às condições anormais da vida moderna. A prática de exercícios físicos é, pois, indispensável ao equilíbrio de todos.

O esforço, que foi tentado para desenvolver fisicamente a juventude francesa, exerceu-se sobretudo em favor dos jovens dos estabelecimentos escolares.

Ora, a Educação Física e Desportiva dos rapazes e moças de 16 a 20 anos, que não frequentam escolas, apresenta importância considerável, primeiramente em razão do número de pessoas envolvidas.

Um estudo feito pela Direção de Mão-de-Obra, em 1951, demonstrou que de 1.700.000 jovens de 14 a 17 anos, cerca de 495.000 ou seja 29% continuavam a estudar em escolas ou em empresas para profissões não agrícolas (contratos de aprendizado não agrícola 235.000; efetivo do ensino técnico público 260.000).

Do ponto de vista agrícola, o número de jovens de 14 a 17 anos que se dedicavam às diversas formas do ensino agrícola foi avaliado em 150.000.

O mesmo serviço dava os seguintes dados, em 1951, da população civil assalariada entre 14 e 20 anos: 600.000 homens e 450.000 mulheres para as profissões agrícolas; 800.000 homens e 730.000 mulheres para as profissões não agrícolas.

Se o problema das atividades físicas já está resolvido para os 260.000 alunos do ensino técni-

co público, êle continua pôsto para a grande maioria: 2.875.000 indivíduos.

O problema é igualmente importante porque êle se apresenta num momento em que a maioria dos jovens está em período de desenvolvimento; é preciso que lutem contra as deformações profissionais, as condições de trabalho pouco higiênicas e porque êles necessitam, para se manter em boa saúde e boas condições físicas, duma vida ao ar livre e bem equilibrada.

Se, no setor escolar, um certo número de condições favoráveis se encontram reunidas (grupamento de jovens, classificação, enquadramento, controle médico, programa, horários, instalações), no setor não escolar nada existe a não ser o que se deve à iniciativa de caráter privado. Os grupos desportivos de jovens, na verdade, reúnem voluntários já convencidos por si próprios das vantagens da prática de atividades físicas. Em muitas empresas o esforço se resume no treinamento de uma equipe, que, afinal, serve de publicidade para a firma ou é considerado apenas para o uso dos lazeres.

Está organizada apenas a parte desse setor que se liga a Escolas e Centros de aprendizado, cujo horário comporta um período destinado à Educação Física, que vai mesmo a sessões diárias e à sessão hebdomadária ao ar livre. Resultados interessantes puderam ser registrados nesse caso: crescimento harmonioso, resistência orgânica, melhor aptidão e maior precisão de gestos profissionais.

## II — HISTÓRICO DOS ESFORÇOS JÁ REALIZADOS NO SETOR NÃO ESCOLAR

Antes da guerra 1939-1945, a Educação Física e Desportiva era pouco desenvolvida entre os trabalhadores.

Um pequeno número de estabelecimentos e empresas havia pôsto à disposição de seu pessoal, estádios e campos de treinamento, uns para facilitar a organização dos lazeres sadios ("Michelin", "Compagnie des Chemins de fer du Nord" etc.), outras para lutar contra condições de trabalho particularmente penosas e nocivas (usinas de produtos químicos ou eletroquímicos, por exemplo). Nenhum esforço, de conjunto fôra tentado.

Desde a Liberação, em 1944, está preparado um projeto de lei "para organizar as atividades físicas da juventude operária". Um projeto de regulamento de administração pública está em estudos, na Direção-Geral da Juventude e Desportos, para fixar os detalhes da aplicação desse projeto de lei. Essa "Direção" tem contato com os Serviços da Previdência Social para tentar determinar uma relação entre os efeitos da prática generalizada das atividades físicas e desportivas e sua incidência sobre as despesas do capítulo "Enfermidade" da Previdência Social.

Em 1945, o Ministério da Defesa Nacional organiza o serviço pré-militar ao qual são submetidos todos os jovens de 17 a 20 anos; depois de algumas formalidades, o sistema consagra dois anos às atividades físicas, sob a égide da Direção-Geral da Juventude e dos Desportos e mais um ano, dirigida pelo Exército, consagrado à preparação militar propriamente dita. Devemos saudar nisso a primeira tentativa de um Serviço Nacional de Formação Física de jovens franceses.

Uma organização regional e local se forma. Certas empresas, como a S.N.C.F., criam Centros onde os jovens trabalhadores, de 17 a 20 anos, treinam em terrenos próximos ou mesmo anexos aos locais de trabalho, durante as horas de serviço.

Em 1947, após um debate parlamentar, o Ministro das Finanças obteve que fossem suprimidas as verbas de Formação pré-militar. Com a intervenção de Mme. Viennot, o vice-presidente do Conselho, M. Teitgen, assume um compromisso formal de apresentar um projeto de lei regulando a questão. Em junho de 1947, o grupo socialista apresenta um projeto de lei (n.º 1851) para organizar as atividades físicas e desportivas dos trabalhadores jovens. O projeto não é discutido.

Em 1950, uma comissão interministerial é instituída a fim de estudar a criação de um "Treinamento físico nacional".

Em 1952, o Conselho Superior de Educação Popular e Desportiva prossegue no estudo da questão e registra os resultados obtidos pelos "Centros ao Ar Livre", criados pela Direção-Geral da Juventude e dos Desportos. Felizmente essa não esperou um texto legislativo para tentar difundir a Educação Física e Desportiva entre os jovens que trabalham. Ela movimentou a juventude operária, fazendo apêlo à compreensão e iniciativa dos chefes de empresa, comitês ou diferentes organismos de trabalho: pediu-lhes esforço material e deu-lhes apoio moral. Na verdade, sem meios, em virtude da falta de textos legislativos, sem possibilidade de decretar quaisquer obrigações, sem quadros, técnicos, devia contentar-se em convencer os interessados, de apoiar sua boa vontade, a fim de edificar campos e instalações, vestiários, ginásios, fornecer equipamento, grupar voluntários. Foi, pois, nessas bases que os Serviços Departamentais da Juventude e dos Desportos

lançaram três categorias de centros de atividades físicas:

a) Centros de atividades físicas de empresas, criadas no seio de empresas que tenham instalações para esse fim, dentro de seus terrenos ou na proximidade e que forneçam monitor. Esse monitor é, muitas vezes, empregado da empresa. A Direção da Juventude e dos Desportos organiza estágios de um mês para formação ou aperfeiçoamento desses monitores nos Centros regionais de Educação Física e Desportiva.

b) Centros de atividades físicas interempresas, resultando de entendimento entre diversos estabelecimentos, cujo efetivo de jovens é pequeno para permitir a fundação de um Centro.

O tempo que pode ser consagrado nesses centros às atividades físicas e sobretudo o horário a adotar constituem problemas delicados.

Para os aprendizes, grupados em escolas, não há dificuldades, as horas de Educação Física (de 3 a 7) e desportivas são incluídas no horário do ensino profissional.

Por outro lado, as questões de produção são muitas vezes invocadas, quando se trata de trabalhadores jovens, pois a noção da influência das atividades físicas sobre o valor profissional está longe de ser admitida. Segundo as profissões, diversas soluções são adotadas:

— Horas compreendidas no horário do trabalho (1 a 3 horas semanais) e remuneradas como horas de trabalho.

— Horas compreendidas no horário de trabalho, mas remuneradas a 50%.

— Horas não compreendidas no horário de trabalho, mas remuneradas como horas suplementares.

— Possibilidades oferecidas aos voluntários, logo após o horário de trabalho. A empresa limita sua colaboração ao equipamento de um campo e ao pagamento de um instrutor de Educação Física.

— Os centros de atividades físicas rurais, enfim, criados nos meios camponeses, onde se encontram trabalhadores agrícolas e artesãos.

E' difícil reunir os jovens desse meio. Geralmente só se consegue agir utilizando um grupamento já constituído: lar rural, associação desportiva etc.

Para estimular o interesse dos jovens e para julgar a qualidade do treinamento físico prático, os Serviços Departamentais da Juventude e dos Desportos organizam todos os anos quatro provas:

— Cross-country;

— Triathlon;

— Sessões de distintivos desportivos populares;

— Sessões de distintivos de natação (25 metros).

Torneios interempresas de desportos coletivos também existem. Enfim, recentemente, um Decreto de 11 de fevereiro de 1953 instituiu, a título obrigatório, provas físicas nos exames que sancionam a escolaridade do ensino técnico. No mesmo sentido, a Direção-Geral instituiu um distintivo de Estado de monitor-auxiliar, que consagra a formação adquirida pelos animadores benévolo pertencentes às empresas. Mais de 2.000 animadores têm atualmente distintivos. Os estágios de formação são inteiramente gratuitos (viagem, estada, indenização por lucros cessantes).

### III — RESULTADOS OBTIDOS

A Direção-Geral da Juventude e dos Desportos apresenta a seguinte demonstração do progresso dos Centros de atividades físicas:

	Centros Participantes	
1945 . . . . .	748	6.600
1946 . . . . .	1.030	82.500
1947 . . . . .	1.276	97.000
1948 . . . . .	1.450	106.000
1949 . . . . .	1.520	115.000
1950 . . . . .	1.622	120.000
1951 . . . . .	1.742	128.000
1952 . . . . .	2.054	140.000

Se o progresso acima demonstrado pode parecer encorajador, é necessário observar que . . . . 140.000 é ainda muito pouco, considerado o número de jovens de 14 a 20 anos que poderia estar em tal incluído.

Centros foram criados nas diferentes classes profissionais e em todo o país: o maior esforço foi feito entre os trabalhadores de minas de ferro, estradas de ferro, indústrias têxteis e siderúrgicas.

Convém assinalar que uma circular de março de 1953 tende a criar, a título de ensino desportivo, centros de iniciação e de aperfeiçoamento, bem como "tournées" itinerantes, por iniciativa das Direções Regionais ou Departamentais da Juventude e dos Desportos: o objetivo é chegar aos jovens não no momento do trabalho, mas nos lazes provocando e facilitando a organização de novas associações desportivas ativas e bem compreendidas.

### IV — QUE PEDE E PROPÕE O COMITÊ PIERRE DE COUBERTIN

Nas circunstâncias atuais, não parece oportuno decretar uma obrigação, tanto em relação a empregadores quanto aos jovens trabalhadores de 14 a 20 anos.

O Comitê de Pierre de Coubertin acha, de um lado, que convém fazer todo o esforço para criar um clima favorável ao desenvolvimento das atividades físicas no meio operário; de outro lado, é preciso encorajar tôdas as iniciativas que já estão em andamento.

### *Desenvolver um clima favorável*

Trata-se de uma verdadeira batalha psicológica, a fim de interessar os empregadores, as organizações sindicais, as comissões de empresas, os trabalhadores jovens.

O ponto de partida da batalha é a organização, pelo Ministério da Educação Nacional e Ministério do Trabalho e Previdência Social (que correspondem respectivamente aos nossos Ministérios da Educação e Cultura e do Trabalho, Indústria e Comércio), de um questionário, do qual se possa estabelecer:

1 — Um inventário das iniciativas já tomadas e realizações existentes nas empresas industriais, comerciais e agrícolas.

2 — A maneira pela qual foram utilizados os fundos postos à disposição das comissões de empresas ou serviços sociais, bem como as subvenções doadas pelas coletividades.

Paralelamente, um segundo questionário deve ser organizado pela Inspeção-Geral médica do trabalho e da mão-de-obra e os serviços médicos da Direção-Geral da Juventude e dos Desportos, a fim de conhecer a opinião dos médicos sobre o valor das realizações obtidas, no plano das atividades físicas no meio trabalhador. Ele permitiria saber, sobretudo, a influência das medidas tomadas, sobre a freqüência de acidentes do trabalho, sobre a higiene corporal, sobre o nível de vida dos trabalhadores e seu desejo de melhorar na hierarquia profissional.

O CPC apela para todos os que, em qualquer grau, se interessem pela questão: inspetores da juventude e dos desportos, médicos e inspetores de trabalho, assistentes sociais, superintendentes de usina, mestres etc., para reunir, sem delongas, todos os elementos úteis a um tal questionário.

Espera o CPC que os diretores departamentais do trabalho, assistidos pelos chefes de serviços departamentais da juventude e dos desportos, empreendam a tarefa de reunir o material e centralizar os resultados.

Em segundo lugar, o CPC solicita um serviço racional de informações, destinado a esclarecer empregadores, empregados, médicos e membros do Ensino Técnico.

Uma exposição itinerante acaba de ser organizada pelos serviços da Direção-Geral da Juventude dos Desportos. É importante uma ação inteligente junto aos trabalhadores das localidades pelas quais ela vá passar.

Devem-se estabelecer programas para fazer conhecidos os interesses moral e material que apresentam a educação física e os desportos nas empresas, a forma administrativa e financeira a ser dada às futuras iniciativas, as formas de realização, a preferência que devem merecer as atividades que interessam a um número maior de pra-

ticantes, ao invés de favorecer às soluções que visam a fins publicitários, formação de equipes que pratiquem jogos espetaculares.

Monografias devem tornar conhecidas as realizações já existentes e os resultados obtidos, principalmente em certas indústrias, como os Centros interempresas do "Textile de Roubaix-Tourcoing", os Centros de Construção, os Centros de educação física e de juventude da S.N.C.F. etc.

#### *Encorajamento às iniciativas tomadas*

Alguma coisa já existe favorecendo os "Centros de Juventude Operária" (doação de material, subvenções, ajuda para formação e aperfeiçoamento de monitores de empresas).

O Comitê Pierre de Coubertin pede um texto legislativo que obrigue todos os comitês ou organismos sociais de empresas a consagrar uma percentagem, mesmo pequena de seus recursos, à organização de atividades físicas e desportivas de seu pessoal.

Acha equitativo que medidas sejam tomadas em favor das empresas que, sem esperar coação, já realizaram a possibilidade de tais atividades para seus empregados e trabalhadores.

Um outro texto legislativo deveria, pois, apreciar, por exemplo, que as somas destinadas à construção e manutenção de instalações desportivas bem como as somas utilizadas na organização de

atividades físicas para o pessoal, pudessem ser deduzidas no que diz respeito a impostos.

E' necessário insistir também no sentido de que os jovens que se limitam a um esforço físico tenham sua recompensa, mediante uma extensão das disposições desde já previstas pelo decreto de 11 de fevereiro de 1953, relativo aos "Centros de Atividades Físicas", majorando os pontos em todos os concursos ou exames profissionais, dando-lhes ainda vantagens quando forem convocados.

Em resumo, o Comitê Pierre de Coubertin pede a todos os que tenham boa vontade que se unam numa possante corrente de opinião, para que se faça sentir que as atividades físicas são um dever a uma compensação, não só para empresas, como também, e, sobretudo, para os trabalhadores, aos quais elas trazem saúde, alegria, equilíbrio e uma melhor aptidão para os esforços que a vida moderna exige.

Neste artigo, que traduz a experiência que está sendo vivida pela França, os Ministérios da Educação e Cultura e do Trabalho, Indústria e Comércio, o Conselho Nacional de Desportos, o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Social do Comércio (SESC) e os grandes industriais, encontrarão sugestões que merecem um pouco de reflexão. E' preciso aproveitar a fabulosa força social que os desportos apresentam, explorá-la racionalmente, utilizá-la na preservação da máquina humana e, finalmente, colocá-la a serviço do progresso do Brasil.